

## **O EXERCÍCIO DE JULGAR**

**Tarcísio de Miranda Monte (\*)**

Na magistratura, o caminho da perfeição é lento e inatingível. O seu mérito se encontra na vontade de julgar com correção: com a certeza da fragilidade humana, com a humildade das criaturas dependentes eternas do Criador e a desconfiança de que nem sempre o último julgamento é o mais certo...

Na hora de julgar, as frivolidades desaparecem. O homem frívolo e frágil dá lugar ao jungido que possui o dom de decidir.

Existem, normalmente, homens que são maiores que os cargos que ocupam, porém, pela minha experiência, eu vos digo: jamais conheci alguém que fosse maior do que o cargo exercido por aqueles que julgam seus semelhantes.

Com o tempo, havereis de notar como é difícil conhecer, prever e emitir juízos...

A profissão que escolhestes é solitária por essência: julgamento é vosso, como as responsabilidades pelas conseqüências advindas também vos pertencerão.

A continuidade do trabalho de cada um fornecerá a humildade desejável do real: a vida é cruel, mas é segura e nela se encontra a solidez da rocha.

Lembra-vos sempre que a vitória não é um porto de chegada, mas a solidez da caminhada que leva a esse porto. Livrai-vos da amargura da "missão cumprida", de onde, após ela, só existe o retrocesso e a morte.

Não vos conclamo a uma seriedade pictórica, pois nem sempre o que é sério é verdadeiro. Desnecessário vergar os ombros como se trouxessem convosco todo o peso da humanidade. Limitai-vos a cumprir vosso ofício, julgar, abstraindo-se das empatias, despindo-se das vaidades de quaisquer natureza, vendo em cada folha de processo o pulsar de uma vida, cujo destino, eventualmente, se encontra em vossas mãos.

O ato de julgar, em suma, consiste em chamar mal o que é mal e bem o que é bem, tudo de acordo com a vossa consciência e convencimento.

**(\*) - Tarcísio de Miranda Monte é Juiz  
Togado e ex-Presidente do TRT/13ª Região**

Cada um de vós se encontra agora na juventude profissional. Estes tempos de neófitos vos oferecem a chave de um destino. E essa juventude, longe de ser a quadra do prazer, será a quadra do heroísmo.

Ingressai desarmados na magistratura. Deixai atrás da porta a experiência do passado, porque vós ireis viver uma aventura indescritível e inédita; não tenhais uma inteligência pré-formada, mas vos inclineis a um aprendizado integral.

Que os vossos erros e deslizes no exercício da função não pesem mais do que o necessário. E que a possível tristeza que porventura vos acometer, jamais seja daquelas que sequer gostam de ser consoladas...

Seguindo na reta a intenção do acerto, não permanecereis no erro até o fim, pois antes disso virá um Anjo a vos socorrer...

Que a unção da magistratura não vos afaste das humanidades. É preciso amar. Porque, para quem nunca amou, os mais belos versos permanecem incompreendidos. E na fragilidade humana, sentireis que o próprio peso de vossas fraquezas, vos tornará ricos.

A lei a que ajustais os vossos julgamentos e à qual vos amoldareis, assemelha-se a um ritual religioso. É nela que os homens e os costumes são moldados. A realeza e a disciplina dos regulamentos serão fatores de satisfação profissional.

E ... se na eventualidade poética a que se vos possa permitir o ofício, passardes noites insones para criar um bom trabalho, essas insônias serão bem insônias... Com o tempo sereis justos e amareis os justicados, sem que haja necessidade de nada lhes dizer.

Enfim, com o correr do tempo, vencidos os arroubos dos neófitos, chegareis a uma fatalidade interior, do desencanto, do desalento, do desamparo ... Parecendo que uma avalanche de erros vos assola e vos entristece; aí, então, somente a fé vos servirá de alento, substituindo o temor pela crença.

Basta o exercício de julgar para que se prove o desprendimento de uma vida. No dizer de CALAMANDREI:

*" o drama do Juiz é a contemplação cotidiana das tristezas humanas, que enchem toda a sua existência, na qual não tem lugar as frases amáveis e descansadas dos afortunados, que vivem em paz, mas apenas os rostos doloridos, transtornados pelo livor do litígio ou pelo aviltamento da culpa. Mas principalmente, o drama do Juiz é aquele hábito, que insidioso como uma doença, o consome e o desencoraja até o ponto de lhe fazer sentir, sem revolta, que o decidir da honra e da*

*vida dos homens passou a ser, para ele, uma prática de administração ordinária."*

Enfim, vós haveis de pagar com a vida a vida que escolhesteis.

## **DA PROVA PERICIAL E AS REFORMAS TRAZIDAS PELA LEI 8.952 DE 13.12.94.**

**ANDRÉA KEUST BANDEIRA DE MELO (\*)**

O Presente estudo, visa enfocar as principais alterações trazidas pelas leis 8.455 de 24.08.92, 8.951 e 8.952 de 13.12.94, em relação a matéria das provas periciais. Buscaremos inicialmente, uma visão doutrinária sobre o tema das provas e em seguida, relacionaremos as principais novidades trazidas sobre a matéria segundo as leis supra mencionadas.

### **I - DEFINIÇÃO DE PROVA**

O nosso Código de Processo Civil, trata da matéria em seu Capítulo VI - DAS PROVAS, compreendendo os artigos 332 a 437 e em especial, os artigos 420 a 439, tratam da prova pericial.

Define-se como prova:

" Art. 332 - Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código, são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou defesa."

A doutrina nos fornece diversos conceitos a respeito do que seja prova.

Citando Gabriel Rezende, "na linguagem vulgar, prova é sinônimo de ensaio, experiência, contraprova."

Para Humberto Theodoro Júnior - Toda prova há de ter um objeto, uma finalidade, um destinatário, e deverá ser obtida mediante meios e métodos determinados.

Juridicamente, o vocábulo pode ser tomado por duas acepções:

- Subjetivamente: prova é a convicção ou certeza da existência ou inexistência de um fato.

- Objetivamente: prova é tudo quanto nos possa convencer da certeza de um fato.

A prova judiciária tem como objeto os fatos deduzidos pelas partes em juízo. Sua finalidade é a formação do convencimento, da convicção em torno dos mesmos fatos. O destinatário é o juiz, posto ser ele quem forma o convencimento da verdade dos fatos para dar solução jurídica ao litígio.